# INFORMAÇÕES DO PRODUTO EDUCACIONAL

# EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CIDADANIA

**Ficha técnica do produto educacional:**

**Título:**  Educação financeira e cidadania

**Autoras:** Eluene Tamara Costa e Amanda Ribeiro Vieira

**Programa de Mestrado:** Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

**Área de concentração:** Educação Profissional e Tecnológica

**Linha de pesquisa:** Práticas Educativas em EPT, Macroprojeto 1 – Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT

**Público alvo:** Alunos de cursos técnicos integrados ao ensino médio

**Categoria do produto:** Vídeo educativo

**Duração:** 19 minutos e 44 segundos

**Validação:** O documento foi validado pela banca de defesa composta por 3 professores doutores (Profa. Dra. Amanda Ribeiro Vieira, Prof. Dr. Eduardo André Mossin, Prof. Dr. Randal Farago)

**Divulgação:** mídia digital

**Idioma:** Português

**Local, Ano:** Sertãozinho, São Paulo, Brasil, 2021

**Objetivo do produto educacional**

São objetivos do produto educacional desenvolvido: a) estimular o consumo consciente; b) explicar a importância da comparação de taxas de juros antes da realização de compras, empréstimos ou financiamentos; c) enfatizar a necessidade da organização do orçamento familiar; d) apontar impactos negativos causados pela falta de planejamento financeiro; e) apresentar conceitos sobre orçamento, endividamento, receitas, despesas fixas, despesas variáveis, poupança e investimentos.

**Contextualização** **e motivação**

O vídeo é uma síntese da pesquisa de mestrado intitulada Educação financeira e cidadania: contribuições à formação integral dos alunos de um Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, que foi desenvolvida entre 2019 a 2021, que está disponível em: <https://prp.ifsp.edu.br/profept/dissertacao>

A ausência de conhecimentos acerca de temas como consumo, investimentos/poupança, juros e endividamento pode prejudicar a saúde financeira de um indivíduo ao longo da vida. Embora esses temas, muitas vezes, tenham destaque em veículos de informações como televisão, redes sociais e jornais, nota-se que grande parte da população ainda não tem conhecimento suficiente e acaba comprometendo grande parte de seu salário com dívidas.

 Segundo dados do Serasa (2019), o número de pessoas inadimplentes superou 63 milhões em 2019, batendo um recorde histórico, representando mais de 40% da população ativa com problemas financeiros.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2019 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), 67% dos consumidores brasileiros não conseguem guardar nenhuma parte de seus rendimentos mensais. Entre as justificativas para não poupar dinheiro, 40% alegaram possuir uma renda muito baixa. Outros 18% disseram ter sido surpreendidos por algum imprevisto financeiro, 15% citaram gastos extras atípicos com reformas, tratamentos médicos e compras, e 13% reconheceram ter perdido o controle sobre os próprios gastos (ABRAS, 2019).

A promoção da Educação Financeira pode gerar empoderamento, já que o cidadão consciente e esclarecido quanto ao dinheiro e seu uso tem mais oportunidades e conhecimentos para, possivelmente, administrar seus recursos de forma consciente e sustentável. Tais mudanças não dependem apenas da utilização de planilhas e calculadoras, mas também do desenvolvimento de novos hábitos, comportamentos e valores. (GIORDANO; ASSIS; COUTINHO, 2019, p. 5).

Ainda em consonância com Giordano, Assis e Coutinho (2019), um dos objetivos fundamentais da educação financeira é a promoção do letramento financeiro. Para Coutinho e Teixeira (2015, p. 4), letramento financeiro é “a capacidade de identificar, compreender, interpretar, criar e usar novas tecnologias em contextos relativos ao tratamento de problemas que envolvam planejamento e gerenciamento de finanças pessoais”.

Educação financeira seria, portanto, o processo pela qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão acerca de conceitos e de produtos financeiros, e, por intermédio de informações, de instruções e de conselhos, desenvolvem competências e confiança para ficarem mais atentos aos riscos e às oportunidades inerentes ao fato de lidarem com recursos financeiros. Tornam-se, portanto, aptos a fazerem escolhas consistentes, sabendo a que local devem se dirigir para buscar ajuda e quais ações devem tomar para melhorar seu bem-estar financeiro (AUGUSTINIS; COSTA; BARROS, 2012, p. 6).

Martins (2004, p. 5) afirma que “o sistema educacional ignora o assunto ‘dinheiro’, algo incompreensível, já que a alfabetização financeira é fundamental”. Grüssner (2007, p. 7) comenta que a educação financeira é pouco explorada no Brasil, uma vez que “na maioria dos colégios, não existem matérias sobre dinheiro, orçamento familiar e pessoal, planejamento financeiro”.

Escolas e empresas estão apenas começando a perceber que a educação financeira é importante – e que é necessário começá-la desde cedo. No entanto, ainda pertencemos a uma cultura incipiente demais em finanças. Nosso débito nacional sobe às alturas, bem como nosso débito pessoal. A falência tem se tornado um problema nacional. Débitos com cartão de crédito se alastram. E as nossas crianças não sabem o suficiente sobre dinheiro. (GODFREY, 2007, p. 10-11).

A educação financeira no Brasil, para jovens do ensino médio, começou a conquistar o seu espaço na elaboração de ações públicas a partir do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que, por sua vez, possui a finalidade de “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010).